

## RELAÇÕES DE PODER, FEMINIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DA DOCÊNCIA NO BRASIL

**Luan Angelino Ferreira**

Graduando em Pedagogia  
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

**Fernando Guimarães Oliveira da Silva**

Assistente Social, Pedagogo e Mestre em Educação pela UEMS  
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

### RESUMO

Esse texto surgiu do envolvimento dos autores com a questão de gênero, prática docente e a incorporação binária da sexualidade masculina e feminina apenas aos discursos de que a mulher é a figura indispensável à função docente. Diante disso, objetivamos problematizar a cristalização discursiva e de relações de poder que acompanham a figura feminina como parte desse contexto, elegendo como eixos principais da problemática: o quê a história da educação traz como contribuição para entender esse contexto? Qual a relação com o contexto socioeconômico? Quais explicações pairam no universo de pedagogos que atuam em escolas? Frente a esses eixos, procuramos trazer os dizeres que consolidaram no espaço e lugar na história da educação que instituíram a figura feminina docente, criando reflexões sobre como consolidaram no cenário social a precarização e feminização da docência. Ainda, fizemos uma leitura de como os pedagogos homens inserem nesse contexto e como as pesquisas tem contribuído para desvelar esse discurso oficial dos preconceitos, elencando como metodologia o estudo do cotidiano no cotidiano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminização; Docente; História da educação.

### INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa dessa temática surgiu de inquietações a partir de nosso ingresso no curso de pedagogia. Apesar dos autores ter cursado a licenciatura, em espaços, tempo e instituições diferenciadas, o que há de disperso e consoante em nossas experiências é que fomos de turmas com grupos entre 10 e 11 estudantes, e sobretudo, os únicos homens de nossas turmas. Apesar do fato de sermos os únicos homens, nota-se apenas aos discursos de nossos professores um viés generalizador, ou seja, qualquer referência que seria feito à sala o que predominava era o gênero feminino. Além do constrangimento que nos causava, despertou-nos o interesse e a necessidade de pesquisar, a seguinte problemática: por quê a área da educação, atualmente, é predominante a figura de profissionais femininas? A propósito dessa problemática, como eixos principais, destacamos: o

quê a história da educação traz como contribuição para entender esse contexto? Qual a relação com o contexto socioeconômico? Quais explicações pairam no universo de pedagogos que atuam em escolas?

Ao analisarmos o quadro de profissionais das escolas, desde à Educação Infantil às séries iniciais do Ensino Fundamental, observa-se a predominância do gênero feminino, onde chega a ser quase/ou unânime em algumas instituições. Assim, raramente encontramos a figura masculina atuando como educador na faixa etária dos anos iniciais de escolarização. Mas será que essa problemática sempre existiu? Quando e porque as mulheres começaram a assumir esse papel de educadora na sociedade? Serão esses questionamentos o foco central da pesquisa. O objetivo será levantar os caminhos que a docência percorreu até hoje, desnudando os fatores contribuintes para que os homens deixassem de seguir essa carreira e a inserção e predominância da mulher nessa área.

Torna-se importante o estudo dessa temática, pois, à medida em que formos analisando os aspectos históricos dessa trajetória tentaremos demonstrar também as influências que o capitalismo exerceu para a entrada da mulher no mercado de trabalho, bem como a sua desvalorização. Igualmente, a dificuldade de inserção do sexo masculino nessa área nos dias de hoje, por conta de um pré-conceito arraigado historicamente pela sociedade.

Assim, para o desenvolvimento desta temática iremos realizar à priori um estudo bibliográfico para fundamentação de nossa discussão, e, uma pesquisa de campo com abordagem em estudo de caso no município de Ilha Solteira/SP para analisarmos o quantitativo de pedagogos atuantes, problematizando o gênero destes e a quem atribuem a sua entrada nesse contexto.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para responder aos questionamentos apontados no início do texto dispomos a compreender o cenário de inclusão da mulher no campo da docência no Brasil. Assim, em 1553, chega ao Brasil José de Anchieta, foi um marco histórico relevante para o país na área da educação, pois foi o primeiro professor, na época denominado mestre que deu as primeiras aulas em território brasileiro. Entretanto essa educação estava pautada em um viés totalmente generalizado, ou seja, a

educação no país nesse período era voltada apenas para os homens, onde só eles ensinavam e só eles aprendiam.

Durante longo tempo, era função estritamente masculina: os alunos eram do sexo masculino e o ensino era exercido principalmente por religiosos (por padres, como os jesuítas) e por homens que estudavam e eram contratados como tutores pelas pessoas com melhores condições financeiras (MARTINS; RABELO, 2006). Entretanto, a partir de mudanças no cenário socioeconômico, mais precisamente com o fim do sistema feudal e o início do capitalismo, o cenário político e social começa a organizar-se baseando em regras desse sistema.

As características desse sistema econômico, no que se refere às questões trabalhistas, sociais e dos valores da sociedade, é pontuado por Magda Chamon (2005, p. 11):

Com o capitalismo industrial iniciado no século XVII, a realidade foi bem outra. Altera-se radicalmente o perfil das famílias. Aumenta-se cada vez mais a necessidade de mão de obra para o mercado de trabalho. Refaz-se a hierarquia das profissões, agregando-se valor naquelas mais condizentes com as novas exigências do mundo industrializado. Nesse contexto o magistério sofre abalos significativos. Deixa de ter o prestígio de outrora e, de forma visível, vai mudando, paulatinamente de sexo. As mulheres vão substituindo os homens na “nobre” missão de educar.

Com essa necessidade de mão de obra para o sistema capitalista, as mulheres necessitavam deixar seus filhos em creches para trabalhar, cuja demanda por vagas aumentaram muito. A partir desse contexto a educação começa a mudar radicalmente. O rebaixamento salarial da área na época fez com que aos poucos a figura masculina fosse se afastando desse campo de atuação, pois eles necessitavam sustentar suas famílias, então buscavam outro exercício profissional, cujo salário pudesse suprir suas necessidades, atraindo assim ao público feminino, “sobretudo a partir da segunda década do século XX, começaram a abraçar o magistério, principalmente as que provinham de uma situação financeira precária (como as órfãs que tinham que trabalhar) e as de classe média” (RABELO; MARTINS, 2010, p. 172).

A “feminização” do magistério representa um processo de subordinação; desvalorizou o ofício de mestre e “desprofissionalizou” a carreira, caracterizando-a como uma atividade que para ser exercida, basta uma boa dose de amor (CHAMON, 2005). Atrelado a questão da sensibilidade da figura feminina, podemos

ressaltar aspectos inerentes à leitura foucaultiana sobre o assunto da sexualidade. Foucault (1986) diz que a sexualidade é um dispositivo; com isso, observa-se que a sociedade designou regras e valores que se acredita ser as únicas explicações sobre o corpo masculino e feminino. Nesse sentido, os efeitos de sentido sobre o essencialismo do corpo utilizou de vários recursos para proliferar a formação discursiva a favor de práticas e discursos que se consideram predominantes para o gênero feminino e masculino.

Podemos dizer que, no momento em que os homens foram saindo da profissão docente as mulheres, que historicamente, foram excluídas de condições cidadania e profissionalidade passaram a se incluir nesse contexto e aceitar as regras injustas desse contexto. Ou seja, uma das questões principais se espraiou pelos salários desiguais e insuficientes para que as mulheres chefiem uma família; assim, outro fator que podemos ressaltar está na figura da mulher porque, segundo, Foucault (1986) abandonou regras do dispositivo de aliança (convivência consanguínea e continuidade da prole) para conviver com as regras do dispositivo de sexualidade, ou seja, o sexo pelo prazer, desfazendo as regras da unidade familiar. Adere à figura da mulher a culpa pelos problemas atuais das dificuldades da formação da família tradicional, algo que, é preciso combater porque a identidade feminina bem como de outras minorias sociais precisam de ter reconhecimento.

Isso se faz possível porque os discursos implícitos nas relações de poder atravessam o corpo social com ações que visam “proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p. 118). Com efeito, o autor ainda diz que a incorporação dos efeitos de sentidos relacionados aos papéis do gênero são instituídos em discursos que interditam ditos sobre as sexualidades, porém abandonam práticas de repressão e se utilizam de tecnologias do sexo, por meio da pedagogia, da medicina e da economia, como acontecem com precarização do trabalho docente após a atuação das mulheres nessa área.

A perspectiva da precarização da profissão docente acompanha a figura feminina, principalmente, durante o século XX quando há a transição de fato da educação doméstica para mulheres em confluência com a necessidade das mulheres no mercado de trabalho interno brasileiro (MARTINS; RABELO, 2010). Assim, verifica-se que os ditos sobre o que acredita ser papel do homem e da

mulher acompanham as regras de um sistema econômico, ou seja, de relações de poder, já que, de acordo com Foucault (1979, p. 8) “[...] o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente porque ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, forma discurso”.

Além das relações de poder que permeiam a precarização da prática docente, temos também, a desvalorização do ensino, na medida em que o Estado começa a assumir a educação pública (CHAMON, 2005). Desta maneira, os profissionais que atuam na educação pública são aqueles que convivem com a perda de autonomia da prática pedagógica, o que fez com que os homens, gradativamente, abandonassem o ensino público e, se incluíssem em atividades básicas do “comércio, o artesanato e à burocracia artesanal” (CHAMON, 2005, p. 49). Entendido esse cenário de abandono da figura masculina da prática docente, o discurso oficial que pairava e, que ainda persiste, é de que “enfaticava que ensinar crianças pequenas era um atributo feminino, era um trabalho de vocacionados a serviço da pátria, os quais deveriam pautar suas ações no amor e na virtude não nas recompensas materiais” (CHAMON, 2005, p. 77).

Destaca-se que, quando a figura da mulher passa a ocupar o ofício da prática docente inicia-se uma precarização desse campo de trabalho. No que refere às relações de poder, observa-se que junto à figura feminina existe uma desigualdade social se comparado ao homem, o que diminui as possibilidades de reconhecimento e condições de autonomia.

De acordo com Villela (2000) a inclusão da figura feminina no âmbito educacional tem se pautado também performatividades de gênero que se acreditavam ser indispensáveis para mulheres, baseando-se em ditos religiosos sobre o comportamento considerado padrão ao gênero feminino, ampliando a adesão de mulheres nas práticas educativas. Sobre isso, Nogueira; Schelbauer (2007, p. 7) acreditam que,

A imagem do sexo feminino estava ligada aos ideais de moralidade cristã, pureza, maternidade e patriotismo, a mulher era valorizada como mãe e esposa, o lar seria o seu domínio e o casamento sua principal aspiração. Os ideais positivistas indicaram a mulher para ser educadora da infância base da família e da pátria, atribuindo as virtudes da professora como sendo as qualidades da mãe dando ênfase maior no sentimento.

Frente a esse contexto, o espaço da mulher na sociedade é explorado nas contribuições que ela pode trazer ao âmbito doméstico, exercendo o papel principal sobre a formação familiar e o bem estar da família independente de causas adversas que venham a desconstruir a ideia de que a mulher pode sustentar a família sem a figura masculina. No entanto, o viés desse estudo não se caracteriza por compreender os ditos e não ditos presentes nos preconceitos que consolidaram no cenário discursivo sobre as mulheres, e sim, compreender o que as relações de poder contribuiu para impregnar na figura feminina o papel docente, oferecendo aos poucos uma desvalorização e precarização dos salários.

Feito a leitura do contexto social, histórico e econômico que culminou na mulher como principal figura docente, nos atemos agora a compreender o que os pedagogos que estão nesse contexto explicam os significados da escolha pela profissão docente. Diante disso, Bourdieu (2002) diz que há diferenças no processo de incorporação de papéis sociais pelos sujeitos, ou seja, a mulher é educada pensando no que se espera para seu comportamento em sociedade, bem como o homem. Assim, o autor, diz que

Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob formas de divisões objetivas, e na subjetividade, sob formas de esquemas cognitivos que, organizadas segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas. (BOURDIEU, 2002, p. 20)

Em relação ao homem, o determinismo cultural dirige sua formação em prol de um sujeito rígido, insensível e autossuficiente; diante disso, a incorporação masculina é uma dominação simbólica instituída no corpo masculino. Diante das características socialmente instituídas para o corpo masculino acredita-se que o ofício docente não é papel de homens, porque estes estão fadados a não demonstrar afetividade.

Apesar desses enunciados instituídos na figura masculina, subentende-se que os estudos do gênero podem auxiliar na desconstrução desses parâmetros preconceituosos que se fortalecem para compreender a inclusão de homens em escolarização de crianças e adolescentes. Assim, Rabelo (2013, p. 911) entende que os estudos de gênero “são importantes para a análise da presença dos homens

em atividades socialmente consideradas femininas, pois o trabalho desses profissionais entra em conflitualidade com as expectativas e pode mostrar exceções aos padrões de gênero ou tentativas de reafirmação de sua masculinidade.”

A autora relata que a inclusão do homem na profissão docente pode ser entendida como a sua propensão à homossexualidade, visto que, automaticamente, incute nos imaginários preconceituosos o conflito de sexualidade. Rabelo (2013) em pesquisa publicada à Revista Educação e Pesquisa destaca que os professores (homens) convivem diariamente com uma série de preconceitos, dentre os quais, a autora citam os principais após leitura gráfica

Nos questionários, os preconceitos que mais apareceram foram aqueles relacionados com: a homossexualidade (homofobia); a concepção de que o homem é incapaz de lidar com crianças (por exemplo, por ser diferente, jovem, indelicado, autoritário); o pressuposto de que todos/as os/as professores/as do segmento são mulheres ou de que se trata de um trabalho feminino; o medo da pedofilia e do assédio sexual; a consideração de que a docência é um ofício pouco rentável e não adequado para homens. Também foram citadas outras discriminações, como o preconceito racial, a discriminação positiva e a exclusão de decisões (RABELO, 2013, p.912).

Verifica-se que, o primeiro preconceito citado está relacionado à homossexualidade, ainda, sendo possível ressaltar a pedofilia e o assédio sexual. Ao explorar essa questão, observa-se o medo dos pais em relação ao assunto sexualidade, visto que, a maioria dos pais acreditam que a figura masculina tem a imagem de que a sexualidade é descontrolada, o que seria diferente se fosse vista pelo prisma da figura feminina que consegue se conter os desejos sexuais.

O grande desafio dos homens que atuam como pedagogos estão vinculadas à dificuldade de compreensão da sociedade de que o homem pode ter características que estão próximas do que acredita ser considerada padrão apenas o sexo feminino, instituindo regras de uma heterossexualidade, ao passo que se baseia em ditos e não ditos heteronormatizados em performatividades de gênero (BUTLER, 1993). Assim, a inclusão dos homens nos cursos de pedagogia e atuação docente com crianças, traz a necessidade que a sociedade tem de desestabilizar identidades estagnadas pelo viés essencialista, tirando de suas identidades uma sexualidade única.

Essa desconstrução pode ser desestabilizada por meio da resistência às relações de poder, visto que essas “novas vozes evidencia que as discriminações

dos papéis relacionados ao gênero na educação são provocadas por forças sociais, mas que pode haver uma resistência [...] demarcada pelo sucesso dos homens na docência e pelo reconhecimento por parte das crianças e de seus pais e mães” (RABELO, 2013, p. 923).

## **METODOLOGIA**

Para elaboração das discussões feitas no presente estudo, partimos de questões vinculadas à pesquisa do cotidiano, ou seja, “questões do dia-a-dia, pelas questões mais rotineiras que compõem os acontecimentos diários da vida e os significados que as pessoas vão construindo, nos seus hábitos, nos rituais em que celebram no recinto doméstico ou da sala de aula” (CHIZZOTTI, 1992, p. 87-88). Pretendemos ao reviver essas memórias e trazer esses acontecimentos à tona, porque são experiências diárias que não merecem ficar nos escuros do passado, e podem, sobretudo, contribuir para difusão do conhecimento.

Nesta perspectiva, para iniciar a discussão fizemos alusão às experiências que nos nortearam para a escrita desse texto, e que fizeram parte de nossas trajetórias enquanto acadêmicos. Logo, para entender a cristalização de enunciados em discursos sexistas, fizemos a utilização do método de pesquisa bibliográfica em autores clássicos dessa área.

Após isso, fizemos uma análise da história da educação para compreender como a mulher foi se tornando figura indispensável à profissão docente, bem como se iniciou o processo de precarização do trabalho docente, já que os ditos instituídos como aqueles que se acreditam ser normais também se fazem valer quando o assunto envolve a questão das expressões de sexualidades. Ou seja, o homem a mulher tem padrões definidos sobre o modo como devem se expressar no que se refere à sexualidade, sendo que aqueles que invadem os espaços considerados para homem ou mulher, são apontados pelo olhar do preconceito.

Assim, oportunizamos com esse estudo promover uma discussão bibliográfica sobre um modo de compreender como a profissão docente foi se tornando, processualmente, algo vinculado ao comportamento dito normal para o corpo feminino. Sendo que para entender esse cenário fez-se imprescindível que compreendêssemos, antes como se dão as relações de poder que viabilizam esse

entendimento. Além disso, as contribuições desse texto também farão parte das primeiras reflexões do projeto de pesquisa de conclusão de curso de pedagogia do estudante-autor do texto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve ao longo de seu percurso a pretensão de analisar o cenário da história da educação brasileira permeada de ranços políticos e sociais que, foram determinando o alinhamento da profissão docente às características sociais contidas em performatividades do gênero feminino. A partir disso, as inquietações que nos impulsionaram se orientaram em problematizações dos espaços de formação ocupados pelos autores da pesquisa que, apesar de tempos e lugares diferentes conviveram com as mesmas experiências, no que se refere às características ditas padrões para o gênero feminino e masculino.

Nesse sentido, vimos que a noção de performatividades de gênero é instituída anterior à inclusão dos sujeitos no cenário social, o que nos infere uma submissão dos sujeitos a esse conteúdo, já que são instauradas práticas que se assentam em relações de poder e de desigualdades. Essa noção de relações de poder é compreendida por Foucault, a partir de práticas discursivas que submetem os sujeitos a normatividade em vários contextos em que estiverem. Desta maneira a ferramenta que escolhemos para nortearmos o nosso estudo se baseou na perspectiva foucaultiana para entender como se dão os processos de binaridade entre o masculino e o feminino, compreendendo as repercussões disso em práticas profissionais como sendo para homem ou mulher.

Essa categoria de gênero serviu para entender como se instituem processos essencialistas que alinham o corpo às práticas sociais. Assim, no âmbito da prática docente, a mulher tem sido levada, durante um período de necessidade do capitalismo a ocupar esse espaço, principalmente pelo entendimento que se tem a respeito das principais características que acreditam que se normatizam para uma mulher: a afetividade, carinho, sensibilidade; sendo o discurso que se orientou para compreender que as mulheres são figuras indispensáveis para a prática educativa.

Com isso, vimos que a docência de crianças da educação básica é produzida em práticas discursivas de poder, principalmente, porque os homens

foram abandonando a prática docente devido à gradual desvalorização que foi sofrendo no decorrer da história. Além do mais, a figura masculina, nesse contexto, passa por discursivos em que problematizam a masculinidade dos professores que passam a ter essa prática como meio de sobrevivência. Diante de nosso estudo, constata-se que a prática docente está vinculada à figura feminina, sendo que, há uma maior vigilância dos homens que estão presentes, nesse contexto, como vimos na pesquisa de Rabelo (2013).

Acreditamos que esse artigo pode contribuir para problematizar a inclusão de professores-homens no âmbito da prática educativa, visando desvelar os discursos preconceituosos que questionam a sexualidade e competência dos que estão em exercício da docência.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P (1930-2002). **A Dominação Masculina**. 2ª ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 160p.

BUTLER, J. **Corpos e matéria**: sobre os limites discursivos dos sexos. New York: Routledge, 1993.

CHAMON, M. **Trajatória de feminização do magistério**: ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica/FCH – FUMEC, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. O cotidiano e as pesquisas em educação. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

FOUCAULT, M. **Foucault**: a critical reader. New York: Basil Blackwell, 1986.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. 22ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

NOGUEIRA, J. K.; SCHELBAUER, A. R. **Feminização do magistério no Brasil**: o que relatam os pareceres do primeiro Congresso da instrução do Rio de Janeiro. In: VII Jornada do HISTEDBR, 2007, Campo Grande. A organização do trabalho didático na História da Educação. Campo Grande, 2007.

RABELO, A. O. **Professores discriminados**: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. In: Educ. Pesq., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 907-925 out./dez. 2013.

RABELO, A. O; MARTINS, António Maria. **A mulher no magistério brasileiro**: um histórico sobre a feminização do magistério. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006. p. 429-429.